



CÂMARA DOS DEPUTADOS

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº DE 2012. (Do Sr. Antonio Carlos Mendes Thame)

Solicita ao Ilustríssimo Senhor Ministro de Estado do Esporte, Senhor Aldo Rebelo, informações acerca das providências e encaminhamentos adotados em relação às investigações das denúncias de envolvimento da Pasta com as ONG's agraciadas com os convênios do Programa Segundo Tempo que ensejaram a saída do Senhor Orlando Silva do Ministério.

Senhor Presidente,

Com fundamento no art. 50, § 2º, da Constituição Federal, e no art. 115, inciso I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeremos a Vossa Excelência, ouvida a Mesa, sejam solicitadas ao Senhor Ministro de Estado do Esporte as informações abaixo elencadas:

1 – Quais as providências e encaminhamentos adotados em relação às investigações das denúncias de ilícitos envolvendo a Pasta com as ONG's que ensejaram a saída do Senhor Orlando Silva do Ministério do Esporte? Encaminhar cópias, preferencialmente por meio eletrônico, dos relatórios resultantes de processo interno realizado para apurar as referidas denúncias.

2 – Quais as providências foram adotadas em relação aos contratos/convênios envolvidos nas denúncias com as ONG's agraciadas com o Programa Segundo Tempo?

3 - O então Ministro do Esporte, Orlando Silva, foi acusado de ter favorecido diversas ONG's ligadas ao PCdoB e de ter desviado



CÂMARA DOS DEPUTADOS

recursos públicos do Projeto Segundo Tempo. Os valores eventualmente desviados ou indevidamente apropriados foram devolvidos aos cofres públicos? Se não, quais os números dos procedimentos ou processos que tratam do caso?

JUSTIFICAÇÃO

O ano de 2011 foi profícuo em denúncias de corrupção envolvendo desvio de dinheiro público, sendo mencionados vários esquemas, inclusive com a participação de diversas organizações não governamentais – ONG's, uma inacreditável festa com o dinheiro público, que ensejou a queda de oito ministros logo no início do governo da Presidente Dilma.

Um dos escândalos mais gritantes foi o envolvimento do Senhor Orlando Silva, apontado como mentor e responsável pela montagem de um esquema de corrupção e também de receber propina nas dependências do Ministério do Esporte.

Em 2010, a polícia de Brasília prendeu cinco pessoas acusadas de desviar dinheiro do programa Segundo Tempo, criado pelo governo federal para incentivar crianças carentes a praticar esportes. O grupo foi acusado de receber recursos do Ministério através de ONG's e de embolsar parte do dinheiro. Surpreendente foi constatar que um dos principais envolvidos era militante do PCdoB, amigo do Senhor Orlando Silva.

Após esse episódio, casos similares afloraram em outros estados, quase sempre com a figura do PCdoB como protagonista das denúncias. Mais tarde evidenciou-se aquilo que os investigadores desconfiavam: o funcionamento, dentro do Ministério do Esporte, de uma estrutura organizada pelo partido para desviar recurso público usando as Organizações Não-Governamentais amigas como fachada.

O policial militar, João Dias Ferreira, um dos militantes presos no ano de 2010, revelou à revista *Veja*, com riqueza de detalhes, como funcionava o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

esquema que desviou mais de 40 milhões de reais nos últimos oito anos. O dinheiro, que deveria ser utilizado na compra de material esportivo e alimentos para crianças carentes, acabaram no bolso de figurões e no caixa eleitoral do PCdoB. As verbas do programa Segundo Tempo deveriam ser usadas para criar 590 núcleos de prática esportiva e beneficiar mais de 60 mil crianças carentes.

As inúmeras denúncias ensejaram a queda do então Ministro Orlando Silva, mas, no entanto, ressaltamos que não basta a perda do cargo como meio de punir os crimes praticados pelo ex-ministro. Certamente, apurações minuciosas e concretas foram providenciadas e a população brasileira espera uma resposta para as referidas denúncias e fraudes desse triste episódio em nosso País. Esperamos ainda a devolução dos valores desviados e a responsabilização dos agentes que praticaram o ilícito.

Dessa forma, as informações que solicitamos são de fundamental importância para o desempenho de nossas atribuições constitucionais de acompanhamento das ações do Poder Executivo.

Sala das Sessões, em _____ de junho de 2012.

Deputado **ANTONIO CARLOS MENDES THAME**
Líder da Minoria da Câmara dos Deputados
PSDB-SP